

A DINÂMICA ECONÔMICA E O PAPEL DO ESTADO NO SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

Elizabeth Moura Germano Oliveira (UFBA)¹

Sessões ordinárias

Área 4: Estados e Nações diante do capitalismo atual

Subárea 4.3: Estados Nacionais na Nova Configuração do Capitalismo

RESUMO

A Teoria Marxista da Dependência nos brinda com uma categoria — formulada nos anos 1960, mas ainda relativamente marginalizada, a despeito das polêmicas envolvidas — de grande relevância e com ampla capacidade interpretativa da natureza do capitalismo dependente brasileiro: o *subimperialismo*. Mais especialmente, ele mostra a existência de uma cadeia imperialista global, na qual o Brasil, ainda que numa situação bastante subordinada aos países centrais, ocupa uma posição hierárquica relevante. No entanto, existe um aspecto nesta concepção que merece ser reconsiderado. Ruy Mauro Marini, seu formulador, afirmou que o eixo do subimperialismo é o problema de mercado, pois a alta concentração estrutural de renda restringe, de forma relativa, o mercado interno. O problema de realização surgido daí seria, então, resolvido por um esquema tripartite: compras estatais, busca pelos mercados externos e consumo suntuário. O objetivo deste trabalho é fazer uma análise crítica desta tese, sugerindo que, ao menos atualmente, ela não se sustenta, e mostrando que o verdadeiro eixo do subimperialismo, no qual o Estado aparece como elemento central, é definido pelo problema da restrição externa — expressa no Balanço de Pagamentos do país. Para tanto, será feita uma discussão empírica a respeito da dinâmica econômica no atual padrão de desenvolvimento, no que se refere aos problemas da vulnerabilidade externa, e o papel do Estado subimperialista e de suas políticas pró-exportação via BNDES.

Palavras-chave: Subimperialismo. Estado. Dinâmica econômica. Vulnerabilidade externa. Padrão de desenvolvimento.

ABSTRACT

The Marxist Theory of Dependency treats us to a category — formulated in the 1960s, but still relatively marginalized, despite the controversies involved — of great importance and wide interpretive capacity of the nature of the Brazilian dependent capitalism: the sub-imperialism. In particular, it shows the existence of a global imperialist chain, in which Brazil, albeit in a quite subordinate situation to developed countries, occupies an relevant hierarchical position. However, there is one aspect of this conception that deserves to be reconsidered. Ruy Mauro Marini, their developer, stated that the sub-imperialism axis is the market problem because of the high structural concentration of income restricts, relatively, the internal market. The problem of realization arising therefrom would, then, be resolved by a tripartite scheme: State purchase, search for external markets and sumptuary consumer. The objective of this work is to make a critical analysis of this thesis, suggesting that, at least currently, it does not hold, and showing that the true axis of sub-imperialism, in which the State appears as a central element, is defined by the problem of external constraint — expressed in the country's balance of payments. Therefore, an empirical discussion of the economic dynamics in the current pattern of development will be made, regarding on to the problems of external vulnerability, and the role of sub-imperialist State and its pro-export policies through BNDES.

Palavras-chave: Sub-imperialism. State. Economic dynamics. External vulnerability. Pattern of development.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Integrante do Grupo de Estudos em Economia Política e Desenvolvimento da UFBA. E-mail: elizabethmoura@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

As políticas estatais do BNDES de financiamento às grandes empresas têm sido objeto de intensos debates nos últimos anos, motivados ora pela falta de transparência nos contratos (política dos “campeões nacionais”, por exemplo), ora pelo seu elevado custo fiscal bancado pelo Tesouro². Além dessas questões, há o caso da polêmica em torno do financiamento público à construção do Porto de Mariel, em Cuba, no qual o governo estaria favorecendo obras de outro país em detrimento da própria infraestrutura. Neste caso, trata-se frequentemente de uma crítica político-ideológica sob roupagem de crítica econômica.

Enfim, as interpretações são diversificadas, mas, na maioria das vezes, não abordam o cerne do problema. Todas essas políticas, além de estarem obviamente a serviço do grande capital, também fazem parte da tentativa do Estado de amenizar a vulnerabilidade externa, mesmo que acabe aprofundando-a no longo prazo. É preciso reconhecer que as ações estatais são definidas no contexto da luta de classes, ao contrário das concepções que acreditam num Estado que paira acima da sociedade e que se comporta e atua de acordo com a estrita racionalidade técnica. A disputa intercapitalista, particularmente, desde o início dos anos 2000, travada entre a grande burguesia financeira e a grande burguesia interna (BOITO JR., 2012), é uma dinâmica crucial para se compreender muitas das contradições presentes nas políticas estatais do período e mostra que dentro do próprio bloco no poder existem vários pontos de tensão. Isso tornou os processos decisórios atravessados de contradições³, mas ao mesmo tempo, com a mitigação conjuntural da restrição externa da década passada, a autonomia relativa do Estado se ampliou. Neste contexto, e favorecido por um conjunto de fatores, o governo retomou a liderança do processo de integração regional na América do Sul e aprofundou as assimetrias políticas e econômicas entre a burguesia brasileira e a dos países vizinhos. Por um lado, o país levou o expansionismo capitalista externo com um maior grau de autonomia, mas, por outro, seus laços de dependência com o imperialismo se tornaram ainda mais profundos. Em outras palavras, no mesmo movimento em que o Estado brasileiro procurava garantir e ampliar uma esfera de influência própria no subcontinente, buscando consolidar sua hegemonia na região, suas políticas dinamizaram precisamente os setores mais regressivos em termos políticos e econômicos, como, por exemplo, o agronegócio e a mineração, acentuando sua inserção externa subordinada.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) oferece uma contribuição importante para a

² Os empréstimos são a taxas subsidiadas, nas quais a diferença entre a SELIC (taxa que o Tesouro paga ao mercado para obter recursos através da emissão dos títulos para emprestar ao BNDES) e a TJLP (taxa que o BNDES paga ao Tesouro pelos empréstimos recebidos) acaba elevando a dívida pública.

³ Como no caso da política dos “campeões nacionais” que tinha como objetivo a criação de multinacionais capazes de competir na arena internacional, garantindo certa blindagem da economia em relação à conjuntura internacional. Ao financiar setores produtores de bens com baixo valor agregado, o resultado tem sido justamente o contrário do “planejado”: a especialização regressiva da pauta exportadora e a maior exposição à volatilidade externa.

interpretação da realidade recente, pois através dela é possível discernir entre os elementos conjunturais e estruturais da atuação do Estado, de suas políticas e de seus resultados. A questão de fundo que sempre se coloca é a dependência financeira e tecnológica da economia brasileira em relação aos países “desenvolvidos”, condicionando toda a dinâmica política e econômica do país. Vale a pena prestar atenção, em particular, em uma categoria chamada subimperialismo, contribuição bastante original de Ruy Mauro Marini⁴ (e, a despeito das polêmicas envolvidas⁵, ainda pouco discutida), pois nos ajuda a compreender as contradições do Brasil sem apelar para expressões como “país emergente”, “país em desenvolvimento” ou “potência emergente”. Por outro lado, essa concepção nos mostra que a análise do capitalismo brasileiro como um país dependente não nos autoriza a compará-lo, sem mediações, aos demais países da América Latina.

Na perspectiva do subimperialismo, o Brasil se constitui num elo relevante da cadeia imperialista, subordinando outras nações periféricas, ao mesmo tempo em que reproduz sua histórica condição de dependência. Mobilizando um conjunto de variáveis pertencentes a esta categoria, como *política expansionista relativamente autônoma e cooperação antagônica*, fica mais claro como as políticas interna e externas estão articuladas entre si. Já dizia Marini (1977, p. 19) que “[e]s natural que, sobre la base de esa dinámica económica, Brasil ponga en práctica una política de potencia”, o que não pode ser interpretado, frise-se, como uma pretensão de ruptura com o imperialismo. E, por isso mesmo, para captar o fenômeno, a abordagem econômica não basta; é indispensável que se lance mão também da sociologia e da política (MARINI, 2008, p. 149).

No entanto, existe um aspecto (econômico) nesta concepção que merece ser reconsiderado. Marini, seu formulador, afirma que o eixo do subimperialismo é o problema de mercado, pois a alta concentração estrutural de renda restringe, de forma relativa, o mercado interno. O problema de realização surgido daí seria, então, resolvido por um esquema tripartite: compras estatais, busca pelos mercados externos e consumo suntuário. O objetivo deste trabalho é fazer uma análise crítica desta tese, sugerindo que, ao menos atualmente, ela não se sustenta, e mostrando que o verdadeiro eixo do subimperialismo, no qual o Estado aparece como elemento central, é definido pelo problema da restrição externa - que se expressa através do Balanço de Pagamentos do país.

Essa crítica se dá no sentido de estimular reflexões que estimulem futuros refinamentos teóricos do subimperialismo, pois ela se baseia no pressuposto fundamental de que a TMD, apesar de suas lacunas, oferece uma consistência teórica e um potencial analítico nada desprezíveis, especialmente, se considerarmos a deterioração do atual quadro político brasileiro, no qual se

⁴ Ruy Mauro Marini foi um os principais representantes da chamada Teoria Marxista da Dependência, juntamente com Theotônio os Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank.

⁵ Por exemplo, com José Serra e Fernando Henrique Cardoso, “As desventuras da dialética da dependência”. Estudos Cebrap, São Paulo, n. 23, p. 33-80, 1979.

multiplicam interpretações rasas, quando não equivocadas, das ações do Estado.

O texto se divide em três partes, além desta Introdução e da Conclusão. Na primeira se discute a concepção do subimperialismo, evidenciando que a essência da ideia não é afetada pela crítica à tese da estagnação relativa do mercado interno; e se discute o esquema tripartite de realização. Em seguida, é feita uma análise da dinâmica do atual padrão de desenvolvimento brasileiro, especialmente no que concerne aos problemas relacionados à vulnerabilidade externa, com o objetivo de mostrar que este é o verdadeiro eixo do subimperialismo. E, por fim, a terceira seção discute o papel central que o Estado e suas políticas cumprem no esquema subimperialista.

2 O SUBIMPERIALISMO E O PROBLEMA DE MERCADO

Antes de discutir diretamente o esquema tripartite de realização no contexto do subimperialismo, convém fazer uma apreciação mais geral do próprio fenômeno subimperialista. Este percurso se faz importante para mostrar que esta abordagem (do subimperialismo), a despeito de limites e contradições que devem ser apontadas e tratadas, oferece contribuições importantes para a interpretação do atual padrão de desenvolvimento brasileiro — que não são afetadas pelo trabalho crítico que se segue. A perspectiva aqui presente, ao contrário de pretender desconstruir uma das principais categorias da TMD, se apoia na percepção de que o potencial explicativo da formulação de Marini seria fortalecido com uma eventual revisão de sua teoria, tal como defendido pelo mesmo:

Retomar o fio da teoria da dependência como ponto de partida significa reencontrar o melhor do pensamento de esquerda, mas não supõe de modo algum que ela seja resposta suficiente à atual problemática. Pelo contrário, *faz-se necessário assumi-la de modo criador, isto é, submetendo-a a uma revisão radical*. (MARINI, 1992 *apud* MARTINS, 2013, p. 44). (Grifos meus).

Certamente não é o objetivo deste artigo fazer esta revisão, de um ponto de vista mais geral, mas tão somente apontar para um dos elementos da TMD que parece não se sustentar empiricamente e que, portanto, sugere a necessidade de uma reelaboração teórica.

2.1 O SUBIMPERIALISMO

O subimperialismo é uma categoria que foi formulada no âmbito da Teoria Marxista da Dependência por Ruy Mauro Marini nos anos 1960, quando ele percebeu que o capitalismo dependente brasileiro havia se diferenciado do capitalismo dependente dos demais países latino-americanos. Este fenômeno, na realidade, foi, de certa forma, a contrapartida da expansão do grande capital imperialista no pós-guerra em direção à periferia em forma de investimento direto. Isso resultou numa hierarquização mais complexa entre os países do centro e da periferia e, ainda, no processo de industrialização dos países da América Latina. Como a intensidade da industrialização não foi homogênea entre estes últimos, aqueles que passaram por maiores transformações em suas estruturas produtivas — Brasil, México e Argentina — acabaram tornando-se subcentros

econômicos no sistema mundial. Destes, apenas o Brasil reuniu as condições necessárias para ascender ao *status* subimperialista (MARINI, 1977).

A dependência, de um modo geral, implica numa *transferência de valor* pelas vias comercial e financeira dos países subdesenvolvidos para os países centrais. O problema é que essa transferência afeta a lucratividade da burguesia da periferia, já que esta não tem competitividade para enfrentar o imperialismo. Então, saindo da *esfera da circulação* (mercado mundial) para a *esfera da produção*, recorre-se a um mecanismo de compensação para neutralizar — total ou parcialmente — o efeito negativo desta transferência sobre a taxa de lucro no capitalismo dependente, qual seja: a *superexploração da força de trabalho*. Residem, precisamente neste fenômeno, o fundamento e a especificidade da dependência (MARINI, 2008).

A superexploração à qual se refere Marini é uma sistemática violação do valor da força de trabalho, que se constitui numa forma específica de exploração (OSÓRIO, 2013). A remuneração do trabalhador se situa num nível inferior ao mínimo necessário para recompor seu esforço físico, seja o valor diário ou o valor total, reduzindo seu tempo de vida útil.

Pois bem, este é um mecanismo utilizado por *todos* os países latino-americanos. No entanto, um país subimperialista dispõe de um mecanismo *adicional* para restaurar sua taxa de lucro, qual seja: a *apropriação de valor* de países ainda mais débeis, posicionados numa escala hierárquica inferior. Para tanto, conta com um Estado com maior autonomia relativamente aos Estados dos outros países latino-americanos, capaz de criar condições para a expansão internacional do capitalismo brasileiro (LUCE, 2013).

O Brasil tinha desse modo, e ainda conforme Marini, alcançado um estágio superior da dependência, definida pela chegada à etapa dos monopólios e do capital financeiro, no qual passava a ocupar uma posição hierárquica mais elevada que a de seus vizinhos, mantendo-se, claro, sua condição de país subordinado ao imperialismo. Note-se que o subimperialismo *não* corresponde a uma diminuição de sua dependência. Pelo contrário, há um aprofundamento das contradições próprias de um país “subdesenvolvido”. Tampouco é um imperialismo de segunda grandeza, a despeito da analogia com a definição leninista de imperialismo, pois em sua definição, o subimperialismo não prescinde de leis específicas da dependência (LUCE, 2013).

A Argentina e o México também passaram por mudanças em suas estruturas produtivas e, ainda, tornaram-se exportadores de manufaturas e de capitais, assim como o Brasil. No entanto, não reuniram outras condições para se tornarem subimperialistas. Para que este fenômeno possa emergir, é preciso, também, que tenha se constituído uma importante burguesia interna — a partir da formação de grandes grupos econômicos nacionais — e uma unidade entre as frações capitalistas hegemônicas, ou seja, que os pontos convergentes, no que diz respeito à expansão do capitalismo do país, sejam mais significativos do que as divergências naturalmente existentes entre as frações. É

preciso, ainda, que o Estado possua uma autonomia relativa que lhe permita garantir um ambiente propício à acumulação capitalista da burguesia dependente e imperialista.

Sendo assim, o bloco no poder no Brasil tem força para tirar vantagem da divisão regional do trabalho e, ainda, para barganhar, com os países centrais, maiores vantagens no processo de acumulação de capital. Em outras palavras, sua política expansionista relativamente autônoma se expressa numa política de hegemonia regional — principalmente, na América do Sul e, cada vez mais, na África lusófona — e numa relação de cooperação antagônica com o imperialismo, sem que isso signifique qualquer pretensão de superação da condição de dependência.

Em síntese, o subimperialismo é a expressão de duas dimensões articuladas entre si: (a) a externa, ou seja, em relação à sua posição hierárquica no sistema mundial, na qual se encontra num ponto intermediário, ao mesmo tempo transferindo e se apropriando de valor; e (b) a interna, em relação à sua própria evolução histórica, como uma etapa superior da dependência. Nos dois âmbitos, o subimperialismo é necessariamente um fenômeno político e econômico, ao mesmo tempo (LUCE, 2013).

Enfim, este tópico foi dedicado à apresentação do subimperialismo *em suas determinações mais gerais*, sem grandes aprofundamentos, apenas no intuito de defender a ideia de que a essência desta categoria não necessariamente é afetada pela crítica realizada mais adiante⁶.

Propositadamente, uma questão de extrema importância na construção da noção de subimperialismo não foi discutida até agora: o *esquema tripartite de realização* e, mais especificamente, uma das pernas deste tripé, a *busca pelos mercados externos*. O esquema será trabalhado num tópico à parte, justamente por ser o objeto central de reflexão crítica deste artigo.

2.2 O ESQUEMA TRIPARTITE DE REALIZAÇÃO

O esquema tripartite de realização — formado (i) pelo *mercado externo*, (ii) pelo *Estado* e (iii) pelo *consumo suntuário* — é uma forma de se solucionar o problema de realização que tende a se manifestar no âmbito do mercado interno. O problema é gerado pela relação desproporcional entre oferta e demanda, resultante, principalmente, da impossibilidade estrutural de incorporação da classe trabalhadora ao mercado de bens suntuários, tal como ocorre nas economias centrais⁷. O desequilíbrio se dá no momento em que o ganho de produtividade faz a produção crescer num ritmo cada vez mais elevado em relação à demanda.

O raciocínio acima se deriva do estabelecimento de um nexos causal entre a superexploração e a dinâmica econômica do país dependente (MARINI, 2008). Mais do que isso,

⁶ O que, certamente, não exclui a necessidade de uma reflexão crítica sobre determinados elementos presentes nesta abordagem, para além daquela que já se procura fazer neste trabalho.

⁷ Nos países industriais clássicos, a solução para o problema de realização ocorre, segundo Marini, com a transformação dos bens suntuários em bens populares, ou seja, o consumo do trabalhador cumpre um papel fundamental na dinâmica econômica destes países.

Marini afirma que a superexploração causa efeitos deletérios sobre a expansão do mercado interno. A causa da restrição da capacidade de crescimento da demanda está diretamente relacionada à existência de uma dissociação no interior da esfera da circulação, na qual se distingue fortemente uma esfera alta e uma esfera baixa de consumo. Vale destacar que, na visão do autor, numa perspectiva puramente teórica, o consumo dos trabalhadores é indispensável para evitar um problema de realização (ou de insuficiência da demanda, na linguagem keynesiana/kaleckiana)⁸.

Conforme Marini, a problemática cisão na esfera da circulação nada mais é do que a forma específica como se expressa, na América Latina, a contradição inerente ao capitalismo em geral “*que opone el capital al trabajador en tanto que vendedor y comprador de mercancías*” (MARINI, 2008, p. 132). Em outras palavras, o trabalhador se relaciona com o capital de duas maneiras distintas: ora ele aparece como mão-de-obra, no processo de reprodução do capital, ora ele aparece como consumidor individual de mercadorias, no processo de reposição de sua força de trabalho. O capital naturalmente tende a reforçar a primeira função, ou seja, o trabalhador atuando na esfera da produção. Na economia dependente, esses dois papéis são incompatíveis. O trabalhador só importa enquanto mão-de-obra. Conforme diz Marini, este é o ponto chave para se compreender o caráter da economia latino-americana.

Para efeitos comparativos, vejamos como se dá a dinâmica nas economias industriais clássicas. Nestas, aquela contradição logicamente também está presente; a tendência à oposição, que existe *a priori*, no entanto, acaba desaparecendo. A produção tem como destino o próprio mercado interno, do qual deve fazer parte, além das classes que vivem da mais-valia não acumulada, os próprios trabalhadores. Sua função como consumidor é, portanto, fundamental para a dinâmica do ciclo do capital. A fase da realização evidencia o fato de que o trabalhador cumpre um papel decisivo na criação da demanda, o que se coloca como contratendência àquela oposição. Por isso mesmo, se faz necessário que a base da acumulação nos países centrais se fundamente no aumento na mais-valia relativa (MARINI, 2008).

A lógica específica de movimento do capital nos países dependentes leva a um resultado radicalmente distinto. O processo produtivo depende da violação sistemática do valor da força de trabalho, o que significa que a remuneração abaixo do mínimo necessário inviabiliza a presença do trabalhador na esfera da circulação. Favorável a essa situação é a existência de um grande exército industrial de reserva, que permite que o capitalista leve às últimas consequências o desgaste da força de trabalho, dado que sua reposição pode ser feita com simples substituição de mão-de-obra. Desse modo, reforça-se o processo já iniciado de concentração do capital, com a conversão de

⁸ A possibilidade, apontada por Marini, de uma insuficiência de demanda causada pela concentração de renda também pode ser colocada em questão. Tal análise crítica não será levada adiante aqui por não fazer parte do objetivo deste texto.

“parte do fundo de salários em fundo de acumulação de capital” (MARINI, 2012, p. 38).

As contradições dessa dinâmica, descritas inicialmente por Marini para o período da economia exportadora, se reproduziram de forma mais acentuada com a industrialização latino-americana. O processo de industrialização se concentrou, fundamentalmente, nos setores produtores de bens de consumo suntuários e, no caso do Brasil, especialmente, de bens de capital. Foi um movimento que fez convergir interesses e necessidades: (i) tanto dos países dependentes, de buscar tecnologias que alavancassem sua produtividade, (ii) quanto dos países centrais, que precisavam criar mercados para sua indústria pesada e transferir para a periferia maquinaria e equipamentos obsoletos antes de sua total amortização, por conta do acelerado desenvolvimento tecnológico (MARINI, 2012).

O impacto nos países da América Latina sobre a ampliação dos mercados vai além dos clássicos efeitos de redução da população produtiva e aumento das camadas não-produtivas. A industrialização periférica tem um caráter duplamente desigual: (i) a produção industrial nos países dependentes não é a mesma dos países imperialistas, pois se concentram sempre em suas etapas inferiores; (ii) e no interior das economias dependentes, o progresso tecnológico só ocorre nas indústrias “dinâmicas” (produtoras de bens de consumo suntuários e de bens intermediários e de capital), em detrimento das indústrias tradicionais (produtoras de bens de consumo os trabalhadores). Para que a acumulação fosse baseada no aumento da taxa de mais-valia, seria necessário que o aumento da produtividade ocorresse nos setores produtores de bens-salários. No entanto, ocorre justamente o contrário. Como o progresso tecnológico se concentra essencialmente nos setores de bens suntuários, o resultado da industrialização periférica é que a acumulação termina por depender fundamentalmente do aumento da massa de valor.

As contradições desse fenômeno são diretamente proporcionais à intensidade da industrialização. Conforme Marini (1977), somente três países latino-americanos — Brasil, Argentina e México — dentre mais de 92 países subdesenvolvidos no mundo, possuíam, em meados dos anos 1960, uma produção industrial com participação de 25% ou mais no PIB. Portanto, existe uma significativa assimetria no processo de industrialização entre os países dependentes e, mesmo nessa tríade citada, ao final do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), a estrutura produtiva brasileira havia se tornado a mais complexa e diversificada na América Latina. Nesse caso, “as tendências à concentração e centralização próprias da acumulação capitalista” (2012, p. 40) são ainda mais fortes nesse país e alimentam ainda mais o abismo entre suas indústrias “dinâmicas” e “tradicionais”. Visto por outra perspectiva, a cisão entre as esferas alta e baixa de consumo se reforça, agravando o problema de realização característico do modelo industrial dependente. Portanto, este problema de realização surgido com a insuficiência de consumo por parte dos trabalhadores, em virtude da superexploração, se intensifica com o processo

de monopolização das indústrias produtoras de bens suntuários, intermediários e de capital.

Segundo Marini (2012), para contornar esse descompasso entre oferta e demanda internas, o subimperialismo brasileiro se articula em torno de três saídas, o esquema tripartite de realização: busca pelos mercados externos, compras estatais e políticas de favorecimento ao consumo de bens suntuários. O mercado externo foi a *primeira* “solução” para o problema de mercado; desde a crise de 1962-67 já se notava um crescimento das exportações de bens-salário. Mas não só. Na década seguinte, após 1973, a exportação de automóveis, a partir de uma articulação que passou pelo Estado, teria se constituído numa solução para a manutenção do padrão de reprodução vigente, dado que o setor automobilístico representava o eixo dinâmico da economia brasileira. No entanto,

é preciso tempo para fazer da exportação uma solução para os problemas de realização apresentados pelo sistema e, enquanto isso, o sistema terá não apenas que manter e agravar a exploração das massas (com todas as implicações políticas disso), mas também deverá contar com uma válvula de escape. (MARINI, 2012, p. 264).

Assim, Marini aponta o Estado como a *segunda* solução, que desempenhou “seu papel mediante a criação de um complexo militar-industrial e de uma política de investimentos governamentais e de créditos e subsídios estatais” (LUCE, 2011, p. 197). O Estado teria deslocado, simultaneamente, contradições tanto do capital-dinheiro (primeira fase da circulação) quanto do capital-mercadoria (segunda fase da circulação).

A militarização do capitalismo brasileiro não é acidental nem circunstancial. É a expressão necessária da lógica monstruosa do sistema, como o nazismo o foi para a Alemanha dos anos 1930. (MARINI, 2012, p. 265).

E, por fim, o mercado de bens suntuários representaria o *terceiro* componente, consolidado com a concentração de renda entre a alta classe média e a classe capitalista. O Estado cumpriu um papel relevante para alavancar este mercado por meio da redistribuição regressiva de renda e de políticas de crédito.

3 O PROBLEMA DA VULNERABILIDADE EXTERNA COMO EIXO DO SUBIMPERIALISMO NOS ANOS 2000

O objetivo desta seção é sugerir que o verdadeiro eixo do subimperialismo é definido pelo problema da *vulnerabilidade externa*, e não pelo “problema de mercado” apontado por Marini, quando faz alusão à concentração de renda como o limitador do mercado interno. Aquela é definida pela “capacidade do país de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos” (GONÇALVES, 2011, p. 14).

Apesar de se presumir que esta seja uma hipótese válida para o subimperialismo desde os tempos em que ele se encontrava sob o Modelo de Substituição de Importações, o interesse da presente análise recai nas últimas duas décadas e, principalmente, na forma como a vulnerabilidade

externa do chamado Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico (PDLP)⁹ condicionou a dinâmica subimperialista nos anos 2000. Por isso, é preciso qualificar a natureza da atual vulnerabilidade, no sentido de mostrar que ela decorre, do ponto de vista estrutural, dos “processos de desregulamentação e liberalização nas esferas comercial, produtivo-real, tecnológica e monetário-financeira das relações econômicas internacionais do país” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 35).

Não estão em questão aqui os demais limites e contradições deste modelo de desenvolvimento, nem a incapacidade de o ciclo expansivo ocorrido na segunda metade da década equacionar o problema da superexploração. Também não se examina quais os pilares do tripé (de Marini)¹⁰ que continuariam válidos, e se seria ainda um tripé. Mas pretende-se indicar que, na década passada, o esquema subimperialista (pra usar o mesmo termo de Marini) foi motivado, em larga medida, pela enorme necessidade de financiamento externo imposta pela dinâmica do PDLP.

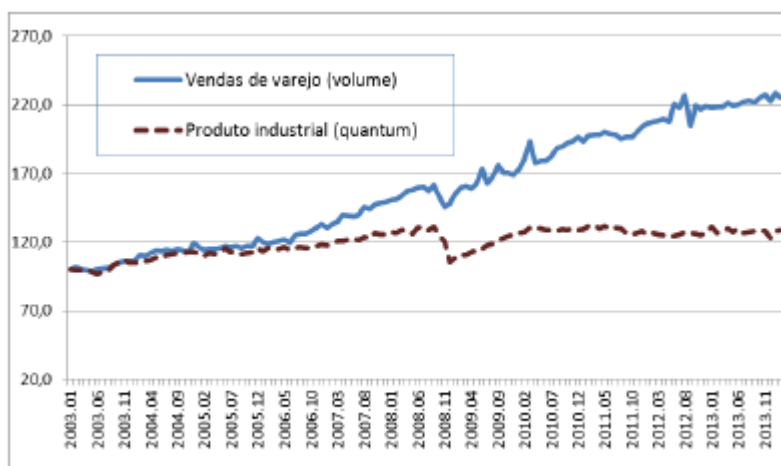
Os próprios ciclos ascendentes da demanda interna tendem a pressionar negativamente as contas externas, como tem sido o caso do crescimento recente puxado pelos salários (regime *wage-led*) e pelo investimento público, no segundo governo Lula. **A busca pelos mercados externos não decorre da estagnação relativa do mercado interno, como disse Marini, mas, sim, de seu crescimento.** Convém enfatizar que esta expansão se refere ao mercado de consumo, o que não necessariamente desencadeia um dinamismo industrial, especialmente, no Brasil pós-abertura econômica.

Como indício de existência de um amplo mercado de consumo reprimido pela restrição externa, podemos observar que, na segunda metade da década passada, o ritmo de crescimento do volume de vendas cresceu a taxas muito superiores que o *quantum* de produto industrial. A forte apreciação do câmbio impediu que a indústria nacional absorvesse totalmente esse dinamismo, canalizando-o para a produção estrangeira (Gráfico 1). Isto sugere que a tese de Marini da restrição do mercado interno, mesmo que apenas relativa, não se aplicaria à atual dinâmica econômica brasileira.

⁹ O Padrão de Desenvolvimento Liberal-Periférico se configurou na economia brasileira no início da década de 1990, durante o governo Collor, dando um fim ao Modelo de Substituição de Importações (1930 a 1980), e vem se aprofundando até os dias atuais. Em Filgueiras (2013) encontra-se uma análise completa no PDLP.

¹⁰ Intervenção do Estado, distribuição regressiva de renda (consumo suntuário) e exportação de manufaturas.

Gráfico 1 - Produto industrial (quantum) e vendas no comércio varejista (100 = Jan/2003)



Fonte: Ferrari Filho; Paula (2014, p. 16).

O gráfico abaixo mostra que a maior parte do que é produzido no Brasil se destina ao mercado doméstico, por meio do Índice FIRJAN de Produção Exportada (IFPE) do setor industrial. Mesmo no auge das exportações em meados dos anos 2000, apenas 25% dos bens foram exportados. A partir de uma análise mais desagregada, de 20 segmentos da indústria de transformação, 10 possuíam o IFPE abaixo de 10%, em 2013, e outros 8 entre 10% e 30%, sendo que dentre eles estão os setores de bens de consumo popular, tais como “Confecção, vestuário e acessórios”, “Higiene pessoal, perfumaria e cosméticos”, “Bebidas” e “Produtos alimentícios”. A maioria deles apresentou tendência de queda entre 2003 e 2013, ou seja, destinaram uma parcela ainda maior de sua produção ao mercado interno. Apenas dois registraram, em 2013, IFPE alto (acima de 30%) e com tendência de crescimento desde 2003: “Celulose, papel e produtos de papel” e “Couro/artefatos de couro, artigos de viagem e calçados”, com respectivamente, 44,3% e 88,5%.

Gráfico 2 - Índice FIRJAN de Produção Exportada – Brasil (IFPE-BR)



Fonte: Firjan, 2014

Mesmo reconhecendo-se que, no atual estágio do capitalismo dependente brasileiro, os fluxos financeiros, muito mais do que a elevação da demanda por bens (intermediários, suntuários ou populares), são os grandes responsáveis pela deterioração das contas externas, não se pode afirmar que o mercado interno tenha reduzido sua influência na situação de desequilíbrio do BP. Muito pelo contrário. O tamanho da economia brasileira — mesmo com seus mercados estratificados em esferas alta e baixa de consumo — se relaciona, direta ou indiretamente, aos empréstimos captados nos mercados internacionais, ao IDE e aos investimentos em carteira.

Para uma melhor contextualização, é importante especificar as características estruturais do atual padrão de desenvolvimento, cujas bases foram lançadas no início dos anos 1990. Estas características ainda hoje se constituem nos traços definidores da economia brasileira e, ao contrário da opinião de muitos analistas, os governos do Partido dos Trabalhadores não só mantiveram como aprofundaram os fundamentos do PDLP. Segundo Filgueiras (2013), este padrão se instaurou

a partir de profundas mudanças em, pelo menos, cinco dimensões da organização econômico-social e política do país, quais sejam: 1- a relação capital/trabalho, 2- a relação entre as distintas frações do capital, 3- a inserção internacional (econômico-financeira) do país, 4- a estrutura e o funcionamento do Estado e 5- as formas de representação política

Para os propósitos deste trabalho, interessam, de forma mais acentuada, as mudanças que fizeram o Brasil se acoplar, definitivamente, aos processos de globalização produtiva e financeira. Por um lado, desde os governos Collor e FHC, foram implementadas políticas econômicas cujos únicos objetivos eram a estabilização da moeda e da relação Dívida Pública/PIB. Por outro, foram feitas reformas estruturais, tendo em vista a concepção neoliberal segundo a qual o crescimento econômico de longo prazo decorre naturalmente de mercados mais livres e competitivos. Por isso, as reformas ocorreram no sentido da abertura econômica (comercial e financeira) e da desregulamentação dos mercados.

A despeito da efetividade da nova estratégia no combate à inflação, os demais resultados foram bastante negativos, tanto no âmbito social quanto no econômico. O que importa destacar aqui são algumas consequências que impactam sobre a vulnerabilidade externa estrutural, quais sejam: aumento da volatilidade financeira, elevação do passivo externo, agigantamento dos déficits em Serviços e Rendas, a desindustrialização, a especialização regressiva da pauta exportadora, a especialização da pauta importadora em bens de alto valor agregado, maior externalização dos centros de decisão por conta do avanço da desnacionalização (perda de autonomia), entre outros.

O comportamento do Balanço de Pagamentos exhibe um bom retrato dos problemas acima. No caso dos fluxos financeiros, houve um crescimento exponencial de capitais estrangeiros, devido, principalmente, à liberalização da conta de capital, à política monetária de altas taxas de juros e à forte liquidez internacional. Conforme dados do Banco Central (2015), eles entraram, especialmente, na forma de investimentos em carteira e de investimento direto, somando US\$ 585,2 bilhões entre os governos de FHC e o primeiro governo Dilma. Houve grande entrada também de outros investimentos num total de US\$ 233,7 bilhões, já contabilizando os saldos negativos do quadriênio 1997-2000 e do triênio 2003-2005. Estes últimos foram resultado, essencialmente, dos empréstimos que o setor privado realizou no exterior por conta da política monetária restritiva (GENTIL; ARAÚJO, 2012). Com tudo isso, o passivo externo que, no final de 2001, estava em US\$ 370,6 bilhões, se acumulou em quase US\$ 1,6 trilhão no final de 2014. E se considerarmos o

passivo externo financeiro líquido¹¹, que mostra o rombo potencial em caso de ataques especulativos, o salto foi de US\$ 228,9 bilhões, em dezembro de 2001, para US\$ 648,5 bilhões, em dezembro de 2014.

Tabela 1 – Passivo externo, passivo externo financeiro, reservas e passivo externo financeiro líquido, em US\$ bilhões, final do período

	Passivo externo	Passivo externo financeiro	Reservas	Passivo externo financeiro líquido
2001	370,6	264,8	35,9	228,9
2002	341,8	257,9	37,8	220,1
2003	404,0	291,7	49,3	242,4
2004	443,3	300,8	52,9	247,9
2005	481,5	318,7	53,8	264,9
2006	603,4	409,6	85,8	323,7
2007	915,4	653,0	180,3	472,6
2008	687,5	464,4	193,8	270,6
2009	1.074,7	753,3	238,5	514,8
2010	1.507,3	920,1	288,6	631,6
2011	1.487,9	897,4	352,0	545,4
2012	1.581,5	965,2	373,1	592,1
2013	1.530,0	956,3	358,8	597,5
2014	1.558,9	1.012,1	363,6	648,5

Fonte: Banco Central do Brasil, 2015. Elaboração própria.

Sabe-se que a contrapartida contábil do passivo externo é o pagamento do serviço deste mesmo passivo. Sendo assim, os fluxos de capitais estrangeiros que servem para equilibrar o Balanço de Pagamentos são os mesmos que geram novos desequilíbrios nas Transações Correntes com o aumento dos déficits na conta de Rendas, tornando necessária novas entradas na conta financeira¹², gerando assim, um círculo vicioso. Essa dinâmica, num nível bastante inferior, foi herdada do desenvolvimentismo-internacionalista¹³ inaugurado pelo governo de Juscelino Kubitschek, mas, atualmente, a estratégia neoliberal está elevando as remessas de lucros, juros e dividendos a níveis cada vez mais insustentáveis.

Nos anos 2000, houve uma incipiente, mas importante, saída de capitais brasileiros, principalmente, através de investimentos diretos. Estes novos fluxos de saída, na verdade, correspondem a uma nova dinâmica na qual a participação dos “países em desenvolvimento”¹⁴, que até a década de 1990 era de apenas 5% do total mundial, cresceu para, aproximadamente 25% do total, em 2010 (MÓDOLO, 2011).

A maior parte desse dinamismo se deve aos países da Ásia, mas o Brasil cumpre um papel relevante, particularmente, entre as translatinas (multinacionais da América Latina). Apesar da possibilidade de se observar a saída desses fluxos a partir de outros países da região, a escala das

¹¹ Passivo externo financeiro líquido é a diferença entre o passivo externo financeiro (passivo externo menos IDE/participação no capital) e as reservas.

¹² Pressupondo a tendência histórica de incapacidade de o saldo da Balança Comercial cobrir o déficit de Serviços e Rendas.

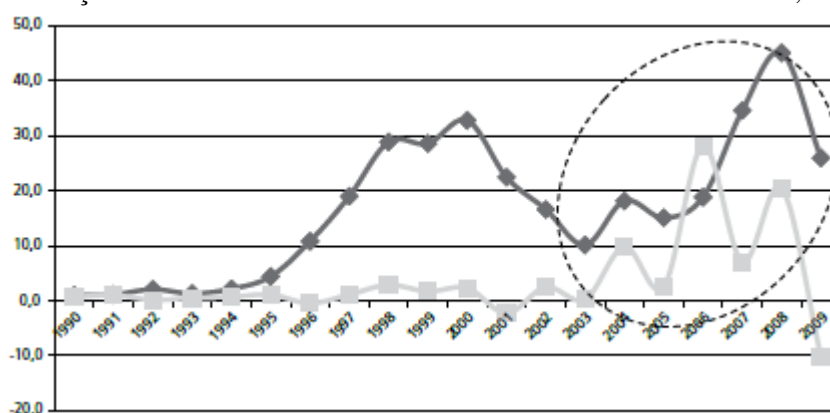
¹³ O desenvolvimentismo-internacionalista se constituiu, em meados dos anos 1950, numa ruptura com a estratégia do nacional-desenvolvimentismo, a partir da posição privilegiada concedida aos capitais estrangeiros no processo de acumulação capitalista no Brasil (AREND, 2009).

¹⁴ Segundo classificação da UNCTAD.

operações provenientes do Brasil é muito mais significativa. Um *ranking*, realizado pela *Boston Consulting Group*, publicado em 2011, listou os países emergentes com empresas com capacidade de desafiar multinacionais já estabelecidas no mundo — as chamadas *global challengers*. O Brasil apareceu ocupando o terceiro lugar (13 empresas¹⁵). Acima estão a China, em primeiro (33 empresas) e, em seguida, a Índia (20 empresas) (GARCIA, 2012).

O resultado, no Balanço de Pagamentos, foi a reversão de uma assimetria, característica dos “países em desenvolvimento”, entre IDE realizado e recebido, conforme Hiratuka e Sarti (2011). Essa relação que, no Brasil, era de apenas 8,7% entre 1990 e 2000, foi para 51,7%, entre 2004 e 2008, fenômeno ainda mais significativo quando se considera o ciclo expansivo do IDE recebido no período (Gráfico abaixo).

Gráfico 3 - Evolução dos investimentos diretos recebidos e realizados – Brasil, em US\$ bilhões



Fonte: Hiratuka e Sarti, 2011.

Certamente esse fenômeno por si só não implica, necessariamente, numa redução da vulnerabilidade externa estrutural, mas é preciso considerar nesta análise os elementos que tendem a contribuir para isso. Além dos retornos possíveis na conta de Rendas, estes investimentos brasileiros tendem a elevar as receitas com exportação de mercadorias “nacionais” e de serviços de construção e engenharia. Por outro lado, o IDE brasileiro muitas vezes é acompanhado de investimentos do BNDES em forma de empréstimos, o que se constitui em mais uma receita futura de juros na conta de Rendas.

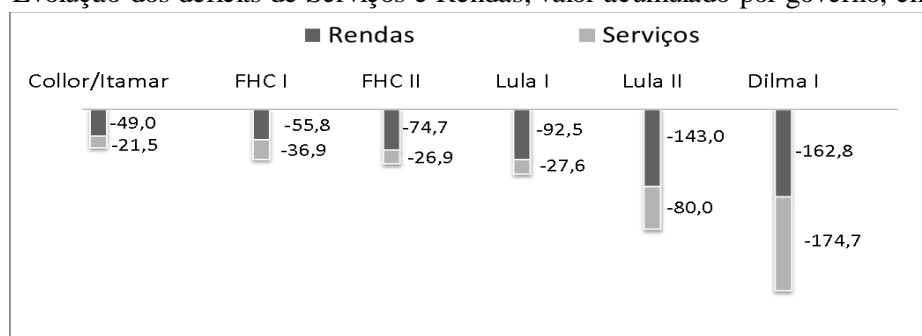
O saldo da conta de Serviços é mais um elemento que expressa como o dinamismo interno (num contexto de câmbio apreciado) contribui para a deterioração das contas externas. As principais subcontas responsáveis pelos resultados negativos são, em ordem de importância, “Aluguel de máquinas e equipamentos”, “Viagens internacionais” e “Transportes”, todas favorecidas pela apreciação cambial, mas associadas também ao nível de atividade e renda internas. Portanto, o déficit histórico de Serviços e Rendas¹⁶, que já se tornou estrutural desde meados do

¹⁵ Camargo Corrêa, Coteminas, Embraer, Gerdau, JBS-Friboi, Marcopolo, Natura, Odebrecht, *Brazil Foods*, Petrobras, Magnesita, Votorantim e WEG. A Vale não consta nesta lista, pois já “progrediu” para uma multinacional estabelecida (GARCIA, 2012).

¹⁶ Em toda a série histórica do Balanço de Pagamentos, ou seja, desde 1947, a conta de Serviços e Rendas foi sempre

século XX, se expressou num vazamento de renda de mais de US\$ 945 bilhões entre 1990 e 2014.

Gráfico 4 – Evolução dos déficits de Serviços e Rendas, valor acumulado por governo, em US\$ bilhões

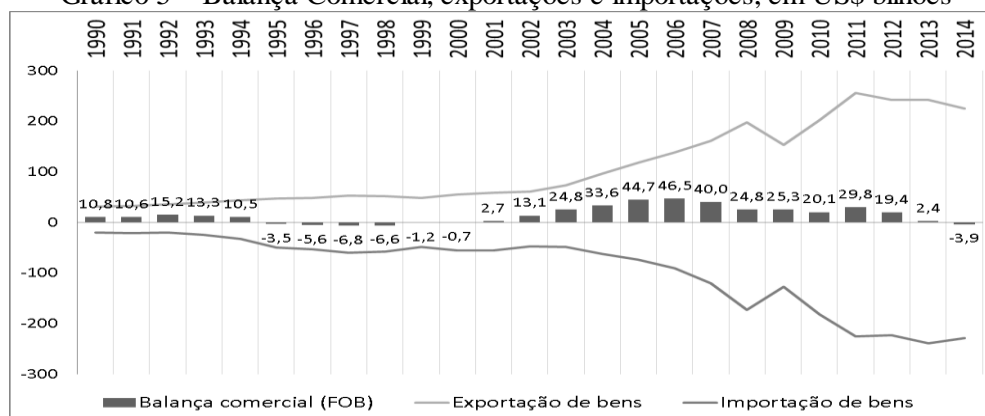


Fonte: Banco Central do Brasil, 2015. Elaboração própria.

A série histórica da Balança Comercial, por sua vez, também evidencia as contradições do atual padrão de desenvolvimento. A abertura comercial e a valorização do câmbio do Plano Real, logo se fizeram sentir sobre as importações, de tal modo que depois de quatorze anos de superávits (1981 a 1994), o saldo se reverteu para seis anos consecutivos de déficits. A melhora nos saldos apenas começou a aparecer com a crise cambial brasileira em 1999, que implicou na alta do dólar e na mudança forçada do regime de política macroeconômica. Num primeiro momento (1999), a recuperação se deu, principalmente, porque as importações tornaram-se mais caras e, portanto, foram reduzidas; depois, com o impacto positivo da desvalorização do câmbio sobre a rentabilidade dos exportadores, as exportações começaram a crescer num ritmo mais elevado que as importações.

O ciclo expansivo das exportações foi prolongado mesmo após a volta do câmbio apreciado, pois a economia mundial entrou num ciclo expansivo de modo que a demanda por *commodities* e seus preços se elevaram drasticamente, especialmente a chinesa, beneficiando todos os países exportadores de bens primários, como o Brasil. Com isso, os superávits comerciais tornaram-se cada vez mais robustos a ponto de superar os déficits em Serviços e Rendas, gerando, pela primeira vez, superávits nas Transações Correntes por cinco anos consecutivos, de 2003 a 2007.

Gráfico 5 – Balança Comercial, exportações e importações, em US\$ bilhões



deficitária.

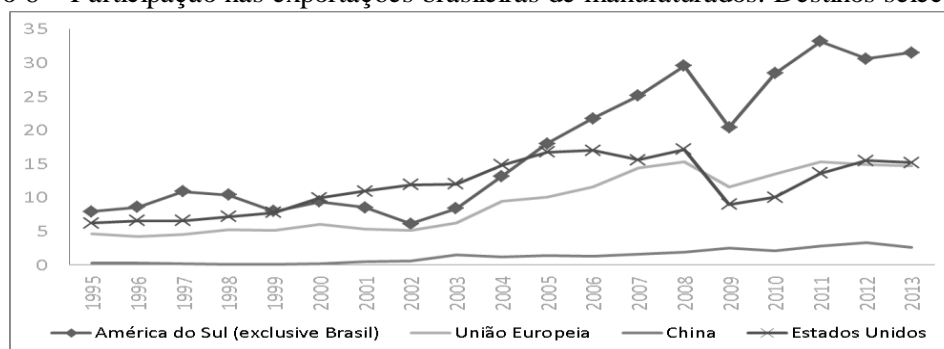
Fonte: Banco Central do Brasil, 2015. Elaboração própria.

Entretanto, os saldos comerciais foram sustentados, primordialmente, pelas *commodities*, reforçando a tendência, herdada dos anos 1990, à especialização regressiva da pauta exportadora em bens de menor valor agregado — sejam eles produtos primários ou manufaturados de baixa tecnologia. A reprimarização, alimentada, por um lado, pelas altas cotações nos preços internacionais e, por outro, pelo processo de desindustrialização, aumenta substancialmente a vulnerabilidade externa, além de possuir diversos outros problemas, conforme listados por Gonçalves (2011, p. 10):

baixa elasticidade-renda da demanda; elasticidade-preço da demanda desfavorável; pequena absorção dos benefícios do progresso técnico; reforço de estruturas de produção retrógradas baseadas nas grandes propriedades, que gera concentração do excedente e do poder econômico; concentração da riqueza e da renda, que causa vazamento de renda e pouco dinamismo do mercado interno; restrição externa, visto que *commodities* se caracterizam por alta volatilidade de preços, e instabilidade da receita de exportação; rápida e profunda transmissão internacional dos ciclos econômicos; maiores barreiras de acesso ao mercado internacional; escalada tarifária; menor valor agregado; dumping ambiental com redução do nível de bem-estar social e riscos crescentes de litígios comerciais; e dumping social com redução do nível de bem-estar social e riscos crescentes de litígios comerciais.

Em 2003, a relação entre as exportações brasileiras de manufaturados e de bens primários era de 107,5%. Dez anos depois, essa relação caiu para 55,9%. Essa relação possui um perfil bastante distinto no caso das exportações regionais. Em 2003, o Brasil exportou para a América do Sul 4,7 vezes mais manufaturados do que bens primários, colocando a região em primeiro lugar no *ranking* dos destinos de manufaturados brasileiros. Essa posição se manteve ao longo do tempo, mas a relação sofreu uma queda para 323,6%. Apesar da deterioração também da pauta de comércio com a América do Sul, esta é a região que sustenta cada vez mais o setor industrial brasileiro em suas vendas externas. De qualquer forma, mesmo considerando o ritmo de crescimento dos manufaturados muito inferior ao das *commodities*, o comércio do Brasil com os vizinhos sul-americanos contribui, marginalmente, para que a vulnerabilidade externa do país não seja ainda maior, pois uma pauta exportadora concentrada em bens manufaturados sofre uma volatilidade muito inferior à de *commodities*.

Gráfico 6 – Participação nas exportações brasileiras de manufaturados. Destinos selecionados.



Fonte: UNCTAD, 2015. Elaboração própria.

As importações, que, de uma maneira geral, já registravam uma tendência crescente na

década de 1990, reagem ainda mais intensamente à apreciação do câmbio a partir de 2004. Enquanto nos dois governos FHC, as importações médias anuais corresponderam a 7,9% do PIB, essa relação subiu nos governos Lula para 8,8% a.a. e já está em 9,9%, a.a., considerando os três primeiros anos do governo Dilma.

A abertura da economia, de acordo com Bastos (2012), se fez sentir também no peso das importações brasileiras no total das importações da América do Sul. Em 1992, essa relação era de, aproximadamente, 30%. No período entre 1994 e 2010, esses percentuais mudaram de patamar, oscilando entre 52% e 68%

Marconi e Rocha (2012) fizeram um estudo desagregando as importações por categoria de uso e setores de atividade. Considerando o valor acumulado entre 2004 e 2011, eles chegaram ao resultado de que 78,1% de sua variação absoluta se deve ao aumento de insumos intermediários (52,4%) e de bens de capital importados (26,1%) e, somente 21,5% do aumento se deve ao crescimento das importações de bens de consumo (duráveis e não duráveis e combustíveis). Dentre os insumos intermediários, a preços constantes de 1996, os manufaturados predominaram com 77,4%, sendo 64% apenas de média-alta e alta tecnologia.

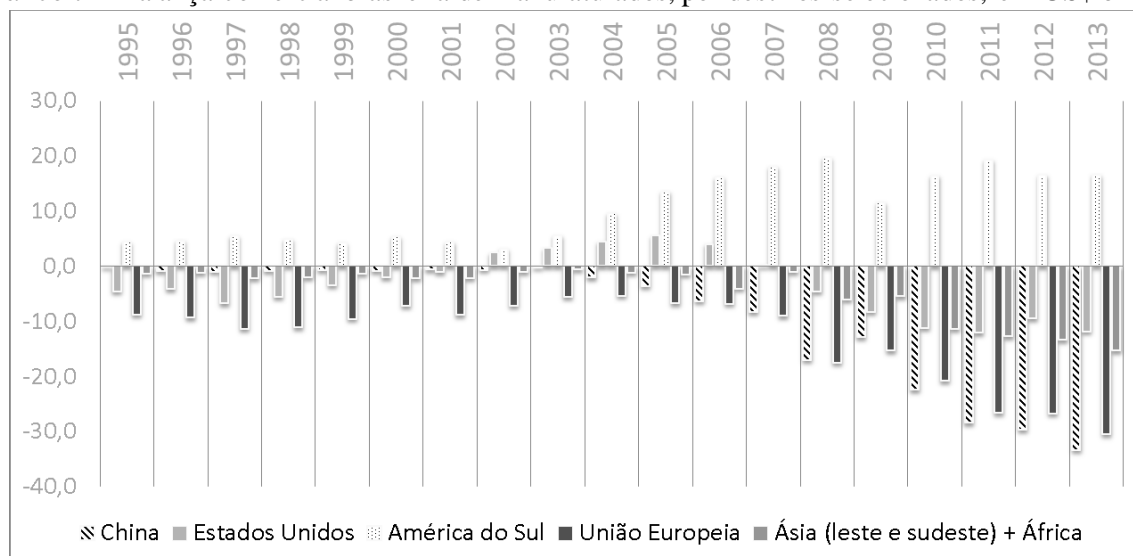
Os autores afirmam que a dinâmica das importações respondeu, especialmente, a uma estratégia dos exportadores de importar insumos para reduzir os custos, de modo a compensar a perda de rentabilidade derivada da apreciação cambial. É o que Gonçalves (2011) chama de “dessubstituição de importações”, apresentando como um dos indicadores a elevação, “de forma praticamente contínua, de 11,9% em 2002 para 18,2% em 2008” do coeficiente de penetração das importações (importações/consumo aparente, em valores constantes de 2006). Em suma, a intensificação do vazamento de renda pelas importações também implicou numa especialização da pauta importadora em bens mais intensivos em tecnologia.

O resultado foi que o ritmo de expansão das importações acabou ultrapassando o das exportações já em 2007. Dessa forma, os superávits na balança comercial entraram numa tendência de queda, até que em 2014, registrou-se o primeiro déficit depois de treze anos, evidenciando os efeitos deletérios da combinação perversa entre abertura comercial, câmbio valorizado e desindustrialização.

O comércio exterior de manufaturados com a América do Sul foi importante para melhorar os saldos, seja elevando o superávit ou reduzindo o déficit total. Este foi o único destino, dentre os mais relevantes, com quem o Brasil obteve superávit em toda a série histórica abaixo (1995 a 2013), com tendência ao crescimento. Enquanto porcentagem do PIB, o auge se deu somente entre 2003 e 2008. No período que se seguiu à crise, no entanto, essa relação voltou aos padrões do segundo governo FHC. O saldo de manufaturados com os Estados Unidos também foi superavitário, porém durante um período mais curto de tempo (entre 2002 e 2007) e num patamar

bem inferior ao resultado regional. O saldo comercial de manufaturados com a União Europeia, África e Ásia (leste e oeste, inclusive China) foi deficitário em todos os anos, com tendência ao agravamento.

Gráfico 7 – Balança comercial brasileira de manufaturados, por destinos selecionados, em US\$ bilhões

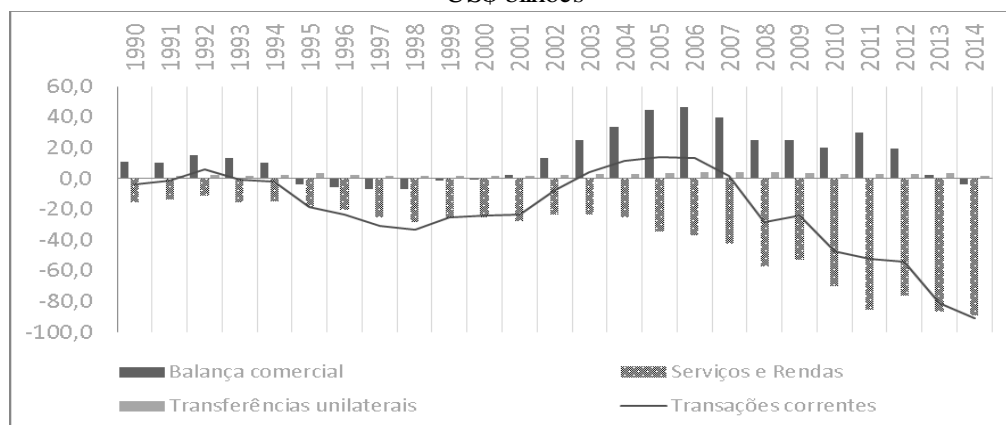


Fonte: UNCTAD, 2015. Elaboração própria.

Este quadro acaba por reforçar a desindustrialização, com o agravante óbvio de que a reversão da taxa de câmbio não se reflete numa reversão “industrializante”. Assim, a ocorrência de uma posterior desvalorização cambial — como tem ocorrido desde 2011 — gera um impacto inflacionário, seguido de uma nova alta da taxa de juros para combatê-lo, renovando-se, dessa forma, num patamar mais profundo a vulnerabilidade externa.

Dado o peso do comércio extra-regional e a recorrência de seus saldos deficitários, o retorno dos déficits em Transações Correntes se tornou incontornável e seu patamar já alcançou, em 2013, 3,6% do PIB, quadro este que está associado ao retorno do núcleo duro da ortodoxia econômica e seu discurso de austeridade fiscal.

Gráfico 8 – Transações Correntes, Balança Comercial, Serviços e Rendas e Rendas e Transferências Unilaterais, em US\$ bilhões



Fonte: Banco Central do Brasil, 2015. Elaboração própria.

O fluxo de divisas, portanto, cumpre um papel fundamental no PDLP, seja para combater a inflação via apreciação cambial, seja para honrar os compromissos em moeda forte.

Com isso, o Estado fica refém dessa situação e o grau de liberdade da política econômica se reduz substancialmente. Essa dependência não se alterou até hoje, mesmo com algumas variações no regime de política macroeconômica, que foram conduzidas por reacomodações no bloco no poder e pela conjuntura internacional. As políticas econômicas são sobrepostas pela manutenção das reformas estruturais pró-mercado, que deixa a economia brasileira extremamente exposta às oscilações dos mercados mundiais.

4 O ESTADO NO CENTRO DO ESQUEMA SUBIMPERIALISTA

A estreita autonomia do Estado na gestão da política econômica derivada da restrição externa não deve induzir à ideia de que é estreita a margem de atuação do Estado. Muito pelo contrário. O padrão de desenvolvimento atual gerou um nível de instabilidade estrutural que torna a ação do Estado uma variável central na sua sobrevivência. Como diz Osório (2014) ao tratar do Estado em países dependentes, “a desregulamentação da economia gera maiores volatilidades, *o que exige maiores intervenções estatais para regulá-la*, tanto no plano nacional quanto no internacional” (grifos do autor). Ele afirma que o esgotamento da antiga matriz Estadocêntrica (presente no antigo padrão de reprodução) está longe de significar a auto regulação dos mercados. Na realidade, o atual padrão promoveu uma mudança no modo de regulação estatal, fazendo emergir uma “nova matriz, também Estadocêntrica” (OSÓRIO, 2014, p. 223).

Por isso, na perspectiva deste trabalho, o Estado é um elemento-chave na análise do “esquema” subimperialista — não aquele esquema tripartite de Marini que pressupunha estagnação relativa do mercado interno, mas, sim, um esquema definido pelo problema da vulnerabilidade externa. O Estado subimperialista brasileiro possui uma dimensão que os demais países latino-americanos não possuem, principalmente, se levarmos em consideração sua superioridade em termos da magnitude de mercado interno, de arrecadação, de financiamentos internos e externos, da estrutura produtiva de seu país e do grau mais elevado de monopolização das empresas. Dessa forma, em sua função de amenizar a restrição externa, o Estado subimperial lança mão de seu poder político para aprofundar ainda mais o intercâmbio desigual com países mais frágeis.

Almeida Filho e Araújo (2014) parecem ir, aproximadamente, na mesma direção. Apesar de não se posicionarem definitivamente a respeito do subimperialismo, para os autores esta é uma hipótese plausível, dada a configuração de um padrão de reprodução distinto no Brasil, no qual “o papel do Estado e o grau de internacionalização da economia” aparecem como elementos centrais. Nesse sentido, eles propõem, para a caracterização do padrão de reprodução do capital no país, a análise de três elementos estruturais, que em conjunto, expressam a dinâmica da acumulação capitalista no país, quais sejam: financiamento, investimento e distribuição de renda/riqueza. E concluem: “o nexos entre eles é dado por um ‘sistema de regulação’, que inclui toda a ação do

Estado e de outras instituições que atuam para garantir a reprodução social”.

A matriz Estadocêntrica, no atual padrão de desenvolvimento, age constantemente no sentido de contra restar a intensa fragilidade financeira externa (e interna). No entanto, suas intervenções de curto prazo realimentam a vulnerabilidade de longo prazo, gerando o círculo vicioso já comentado anteriormente, pois predominam as forças políticas que lucram com a lógica especulativa curtoprazista. Esta é uma contradição recorrente desde os anos 1990. No entanto, desde o segundo governo FHC, houve uma inflexão no bloco no poder e no PDLP, no sentido de que ficou patente a necessidade de aumentar o peso da fração exportadora do capital e, posteriormente, já no Governo Lula, do componente de médio e de longo prazo nas intervenções do Estado, o que foi certamente viabilizado pela conjuntura internacional favorável. A primeira década do século XXI, assim, foi marcada por uma reorientação desta matriz para que pudesse continuar combatendo o mesmo problema da década anterior: a vulnerabilidade externa.

Porém, como o Estado não tem qualquer semelhança com a ideia de um *deus ex-machina*, guiado por uma racionalidade acima da sociedade, esse processo é bastante complexo e contraditório, dado que é definido pela luta de classes e, particularmente, pela disputa intercapitalista. Esta última se expressa, atualmente, numa relação de cooperação antagônica entre a grande burguesia financeira e a grande burguesia interna. No longo prazo, as duas frações de classe se beneficiam de eventuais intervenções estatais no sentido de amenizar a restrição externa¹⁷, mas no curto prazo, principalmente, quando se aguçam os desequilíbrios no Balanço de Pagamentos, os antagonismos tendem a se acirrar. A ascensão política da grande burguesia interna nos anos 2000 e o alívio da restrição externa deram ao Estado um maior grau de autonomia relativa na gestão dos “efeitos colaterais” negativos do padrão de desenvolvimento.

É verdade que essa maior autonomia se concretizou, em grande parte, no sentido de atender em larga escala às demandas da grande burguesia interna, seja através da política dos “campeões nacionais”, da ampliação da política de apoio às exportações ou da política de financiamento dos projetos de integração regional da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) — demandas associadas, em boa medida, ao novo padrão de competição ultra monopolista em escala global. Bugiato (2014) faz uma importante discussão mostrando como o BNDES esteve a serviço das grandes empresas nacionais, protegendo-as do capital financeiro internacional e transformando-as em “campeãs nacionais”. No entanto, acreditamos que a questão é mais complexa e não deve ser colocada (somente) nestes termos. O Estado possui uma agenda “própria”, digamos assim, no sentido de que sua ação vai além de demandas *diretas* das frações capitalistas. A racionalidade microeconômica não coloca como meta,

¹⁷ Suas convergências não se limitam a esse ponto, mas se estendem à desregulamentação e flexibilização no mercado de trabalho, por exemplo.

por exemplo, a redução da volatilidade do câmbio, apenas se protege dela por meio de mecanismos criados para isso (como o *swap* cambial) e pressiona o governo por políticas e reformas favoráveis ao (seu) mercado. É verdade que o Estado sempre está a serviço da burguesia, mas sua ação muitas vezes é *indireta*, eventualmente até protegendo a burguesia dela mesma. As políticas de favorecimento à grande burguesia interna, que tantas vezes contrariam outras frações de classe, quando promovem uma entrada de divisas através de exportação de bens e serviços, por exemplo, acabam gerando externalidades positivas para a burguesia financeira internacional, independente de outras tantas externalidades negativas de longo prazo.

Por outro lado, a ação do Estado não expressa a ideia da racionalidade weberiana, como se a capacidade de coordenação, planejamento e gestão fosse apenas uma questão de competência técnica. Almeida *et al* (2014) fazem uma análise mais ou menos nesse sentido no exame da atuação do BNDES e da Petrobrás, mesmo quando reconhecem a existência de confrontos e interesses divergentes entre diversos grupos privados e no interior da própria burocracia estatal. Entre outras passagens ilustrativas, eles afirmam que a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em 2008, praticamente saiu do livro de Luciano Coutinho e Carlos Ferraz, “Estudo da competitividade da indústria brasileira”, publicado nos anos 1990, sem nenhuma discussão de projeto nacional com a sociedade. Este estudo de Coutinho e Ferraz, de fato, pode ter exercido influência bastante significativa e coincidir com a PDP em muitos aspectos. Mas se o governo implementou esta política industrial, foi porque as condições históricas eram favoráveis e certamente havia pressão de entidades empresariais. Para além disso, as frações de classe são agentes que efetivamente ocupam o centro do poder, não são agentes externos que porventura conseguem acessar instâncias do governo. O bloco no poder, portanto, exerce uma influência fundamental no processo decisório do Estado. O trecho abaixo é bastante esclarecedor:

O bloco no poder é formado pelas classes (e frações) que ocupam o *lócus* da dominação da luta política de classes, ou seja, que têm áreas de poder (centro de poder = poder real) no seio do Estado. Cabe esclarecer que o bloco no poder não significa o conjunto de camadas a apoiar (classes apoios) o poder de Estado, já que ele participa do espaço de dominação política. (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 919) (grifos meus).

Em suma, o Estado é um agente fundamental no esquema subimperialista, e sua intervenção, direta ou indiretamente, sempre é definida pelo problema da restrição externa. Sua atuação — que até os anos 1990 foi muito voltada para a burguesia financeira internacional e para a burguesia associada — desde a década passada assumiu também a função de oferecer vantagens competitivas para a burguesia interna nos planos nacional e internacional.

O financiamento do BNDES aos projetos da IIRSA é um caso bem representativo. A IIRSA, criada em 2000 pelos países da América do Sul, é um conjunto de projetos de integração física regional, com o objetivo de modernizar a infraestrutura com obras de transporte, energia e

telecomunicação. Ela pretende facilitar o acesso aos abundantes recursos naturais e criar corredores de exportação, beneficiando qualquer que seja o grande capital. O BNDES acabou se tornando “o braço econômico da política de integração regional” (LUCE, 2007), o que é “compreensível” quando se tem em vista o papel estratégico das exportações para a obtenção de divisas desde a crise de 1999. O volume de investimentos do BNDES na América do Sul ultrapassou o volume do BID. Tendo o Brasil assumido a liderança no processo, a burguesia brasileira, que desde os anos 1960/70 já gozava de uma assimetria econômica na região, foi ainda mais favorecida, especialmente por se inserir no contexto pós-liberalização econômica e do regionalismo aberto, o que contribui para perpetuar e aprofundar o intercâmbio desigual a favor do Brasil.

Em geral, os investimentos do BNDES em outros países se dão na forma de empréstimos. Além de submeter financeiramente os tomadores de empréstimos, o governo brasileiro consegue, por esta via, influenciá-los a contratarem empresas “brasileiras”. Isso é o que alguns chamam de “condicionalidades”. O banco estipula, diz-nos matéria de Patrícia Campos Melo, “que 85% dos produtos e serviços do projeto precisam vir do Brasil”. (SOUZA, 2012).

A política do BNDES de apoio às exportações de bens e serviços é outro exemplo de como o Estado vem conduzindo a questão da restrição externa e beneficiando a burguesia instalada no país. Desde 1990, o banco cria programas visando melhorar o resultado da balança comercial. Hoje o principal instrumento público de crédito à exportação é o BNDES-EXIM, cujo objetivo principal é “[...] modificar o padrão tecnológico da estrutura produtiva, de forma a ampliar o dinamismo das exportações brasileiras e aumentar o conteúdo nacional dos bens de capital” (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2004, p. 109 *apud* WEBER; DATHEIN, p. 14).

O BNDES-EXIM financia tanto a *produção* voltada à exportação (Fase Pré-Embarque), quanto a *comercialização* de bens e serviços nacionais no exterior (Fase Pós-Embarque) (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2015). O produto é destinado aos setores produtores de bens de capital, “produtos químicos, têxteis, eletrônicos, calçados, couros e alimentos, além dos serviços de engenharia” desde sua primeira década. Em 2005, a consolidação da plataforma exportadora da indústria automobilística também passou a ser um dos objetivos do programa. No ano seguinte, os créditos foram ampliados aos produtores de “máquinas agrícolas, tratores, ônibus e caminhões”. Mas note-se que, apesar de seu objetivo ser promover uma pauta exportadora mais diversificada e com maior valor agregado (o que pode ser verdadeiro e até efetivo), mais de 99% dos recursos são destinados às grandes empresas.

É o caso da Odebrecht no Porto de Mariel, em Cuba. O BNDES, por meio da modalidade Pós-Embarque, financiou essa construtora, pagando em reais, para que, em conjunto com um grupo de empresas, realizasse a construção do porto. Em troca, a obra importaria bens e

serviços brasileiros. Portanto, o empréstimo sai em moeda local e retorna em divisas. Isso evidentemente se traduz numa melhora do saldo comercial e na redução do déficit da Balança de Serviços. Entre 1995 e 2012, a conta de “Serviços de engenharia, arquitetura, P&D e assistência técnica” registrou uma trajetória quase contínua (houve uma queda muito leve nos anos de 2001 e 2003) no crescimento da receita. Essa tendência se acentuou no último triênio e, em seguida, declinou, até que em 2014, o patamar foi semelhante a meados da década passada. Esse resultado no Balanço de Pagamentos é especialmente importante por ser uma fonte de divisas menos volátil que as *commodities*, ajudando a amenizar a vulnerabilidade externa. Outras externalidades positivas no país exportador podem ser geradas, como maior nível de empregos, aumento da taxa de investimento, aumento das inovações etc.

Os resultados positivos podem esconder questões sérias que envolvem, além de falta de transparência (sanada apenas marginalmente nos últimos anos), relações promíscuas entre o Estado, empreiteiras e outras grandes empresas, seja no financiamento do Porto de Mariel ou na política dos “campeões nacionais”. No entanto, este não é o ponto fundamental, mas sim o fato de que o Estado subimperialista é absolutamente funcional ao padrão de desenvolvimento neoliberal, arbitrando os interesses das frações capitalistas hegemônicas e tentando contra restar a fragilidade que ele próprio ajuda a reproduzir, sem que a expansão do capitalismo brasileiro se reverta em benefícios estruturais para a maioria da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto colocou em questão um aspecto do subimperialismo que Ruy Mauro Marini elegeu como o eixo desse fenômeno: o problema da estagnação relativa do mercado interno. Essa análise crítica, no entanto, não afeta os pilares da concepção subimperialista, quais sejam: a posição intermediária do Brasil no sistema mundial, que lhe permite se apropriar de valor de outros países dependentes e o estágio superior da dependência. Pelo contrário: todo o texto foi trabalhado com base no pressuposto de que a categoria do subimperialismo oferece uma importante contribuição e, por isso mesmo, merece ser teoricamente refinado, o que fez parte dos objetivos do artigo apenas parcialmente.

Discutiu-se a dinâmica do atual padrão de desenvolvimento, de forma a evidenciar um de seus grandes efeitos colaterais: a vulnerabilidade externa e como o mercado interno agrava essa situação, o que contraria a tese de Marini. O esquema subimperialista, definido por essa dinâmica e pela disputa política entre classes e frações de classe, impõe um papel central ao Estado e às suas políticas pró-exportação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; ARAÚJO, Priscila Santos de. Padrão de reprodução no Brasil. 2014. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 19., 2014, Florianópolis.

Anais... São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2014. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos>>. Acesso em: Jun. 2014.

ALMEIDA, Mansueto; LIMA-DE-OLIVEIRA, Renato; SCHNEIDER, Ben Ross. **Política Industrial e Empresas Estatais no Brasil: BNDES e Petrobrás**. Brasília: IPEA, 2014. (Textos para discussão IPEA, n. 2013).

AREND, Marcelo. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. 2009. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série histórica do balanço de pagamentos**, 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>>. Acesso em: fev. 2015.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES Exim**. 2015. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Exim/>. Último acesso: fev. 2015.

BASTOS, Pedro Paulo Zaluth. A economia política da integração da América do Sul no mundo pós-crise. **Observatório da Economia Global**, Abril 2012. Textos avulsos.

BOITO JR., Armando. A nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (Org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012. p. 69-106.

BUGIATO, Caio. A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v.9, n. 14, jan.-jun. 2014. pp.83-103.

FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de. **Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista**. 2014. Disponível em: <<http://www.lui fernandode paula.com.br/ups/padroes-de-crescimento-e-desenvolvimento.pdf>>.

FILGUEIRAS, Luiz. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização. In: CASTRO, Inez Silvia Batista (org.). **Novas interpretações desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 371-450.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GARCIA, Ana E. Saggiaro. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo**. 2012. 413 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) — Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, PUC, Rio de Janeiro, 2012.

GENTIL, Denise Lobato; ARAÚJO, Victor Leonardo de. **Dívida Pública e Passivo Externo: onde está a ameaça?** Brasília: IPEA, 2012. (Textos para discussão IPEA, n. 1768).

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Economistas**, v. 2, n. 6, p. 6-19, out./nov. 2011.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. **Investimento Direto e Internacionalização de Empresas Brasileiras no Período Recente**. Brasília: IPEA, 2011. (Textos para discussão IPEA, n. 1610).

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Porto Alegre:, 2007. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. Instituto de Filosofia de Ciências Humanas. UFRGS.

LUCE, Mathias Seibel. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital**. Porto Alegre: [s.n.], 2011.

225 p. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS

LUCE, Mathias Seibel. Subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 36, 2013. p. 129-141.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Marcos. **Insumos Importados e Evolução do Setor Manufatureiro no Brasil**. Brasília: IPEA, 2012. 64f. (Texto para discussão, n. 1780).

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, México, 12, abril-junio 1977.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia. In: MARTINS, Carlos Eduardo (org.). **América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación** Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. p. 107-149.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013.

MÓDOLO, Débora Bellucci. O investimento direto externo realizado por China, Índia e Brasil: uma análise comparativa. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, Jan./Jun. 2011, p. 101-120. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/17715/12175>>. Acesso em: Nov. 2014.

OSÓRIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013. p. 49-70.

OSÓRIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

ROSSI, Pedro; PRATES, Daniela. Financiamento às exportações no Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, n. 59, Mar. 2013. 203-230.

SOUZA, Israel. **IIRSA e o subimperialismo brasileiro**. 2012. Disponível : <<http://insurgente coletivo.blogspot.com.br/2012/02/iirsa-e-o-subimperialismo-brasileiro.html>>. Acesso em: Fev. 2015.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. Número Especial, dez. 2012. p. 909-941.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Trade and Development Report**. New York e Geneva, 2015. Disponível em : Acesso em: fev. 2015. Disponível em : <<http://http://unctadstat.unctad.org/EN/>>. Acesso em: fev. 2015.

WEBBER, Suzane Lumertz; DATHEIN, Ricardo. **A atuação do BNDES-Exim como fortalecedor das exportações brasileiras no período 2000-2012**. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2014. 26 f. (Texto para discussão UFRGS/FCE/DERI, n. 4).